



**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BASE NO
PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL/LOCAL: ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE A APAEB (BA) E A COOPFRUT (PA)**

**Local Social Movements in the local and
regional development process: comparative study
between the APAEB (BA) and
the COOPFRUT (PA).**

**La base de los Movimientos Sociales en
el Proceso de Desarrollo Regional /
Lugar: APAEB Estudio Comparativo (BA) y
el COOPFRUT (PA)**

Ana Virgínia Pereira dos Santos*

*Licenciado em Economia pela Universidad Nacional de Río Cuarto
Ana Virgínia Pereira dos Santos, graduada em Economia pela Fac-
uldade Tecnologia e Ciências (FTC) e Mestrado em Planejamento
do Desenvolvimento, pela UFPA (NAEA). Atualmente é docente na
Faculdade Maria Milza (Famam), onde coordena um projeto de pes-
quisa e extensão; na Faculdade de Ciências Empresariais (Facemp) e
na Faculdade Católica de Feira de Santana.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente as trajetórias de dois movimentos sociais de base, com perspectivas comuns de lograr melhorias socioeconômicas aos agricultores familiares, através da verticalização e comercialização de produtos abundantes em suas regiões. O

primeiro, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia (Apaeb), movimento fruto da organização de agricultores da Região do Sisal, surgido no início dos anos 1980; o segundo, a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (Coopfrut), iniciou suas ações em 1998. Neste sentido, considerando as semelhanças entre as regiões e os objetos

ora pesquisados, este trabalho buscou analisar os fatores que corroboram com a permanência da Apaeb há 34 anos, bem como aqueles que direcionaram a Coopfrut ao encerramento das suas atividades em, 2008. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, regressão linear simples e a pesquisa de campo descritiva, com aplicação de questionário junto aos funcionários da associação e ex colaboradores da cooperativa. Constatou-se, através deste trabalho, que o capital humano é o diferencial nos ganhos de produtividade, bem como da permanência da associação baiana, e o principal motivador do declínio e extinção das atividades no objeto estudado na municipalidade paraense.

Palavras-chave: agricultores familiares; movimentos sociais de base; desenvolvimento local.

ABSTRACT

This article has the purpose to comparing the trajectories of two Local social movements, with common prospects of achieving social and economic improvements to the families of farmers, through verticalization and commercialization of abundant products in their regions. The first, the Sustainable Solidarity Development Association from Sisal Region in Bahia (APAEB), a movement originated by organizing of farmers in the Sisal Region, started in the early 1980s; the second, Agro industrial cooperative of workers and rural producers of Igarapé-Miri (COOPFRUT) has started its activities in 1998. Considering the similarities between regions and surveyed objects, this study intends to analyze the factors that corroborated for the operation of the APAEB by 34 years, and those who led the COOPFRUT finishes its activities in 2008. It was utilized as methodology the bibliographical research, simple

linear regression and descriptive field research, using a questionnaire with employees who work at the association and former employees of the cooperative. It was noticed, through this work, that human capital was the differential to increase productivity and gains, as well as the permanence of the Bahia's association, and the main reasons of the decline and extinction of activities in the studied object in the paraense municipality.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comparar las trayectorias de los dos movimientos sociales de base, con perspectivas comunes de lograr mejoras socioeconómicas para los agricultores familiares, a través de la integración y de marketing abundantes productos verticales en sus regiones. La primera, la Asociación para el Desarrollo Sustentable y Estados da Sisal Región Bahía (APAEB), la movilización de fruta organizar a los agricultores de la Región de sisal, se inició en la década de 1980; la segunda, Cooperativa Agroindustrial Obreros y Campesinos de Igarapé-Miri (COOPFRUT) comienza la investigación en 1998. En este sentido, teniendo en cuenta las similitudes entre las regiones y los objetos a veces encuestados, este estudio tuvo como objetivo analizar los factores que corroboran la APAEB permanecer durante 34 años, y los que dirigió el COOPFRUT el cierre de sus actividades en el año 2008. Se utilizó como metodología de la literatura, la regresión lineal simple y campo de investigación descriptiva, con un cuestionario con los empleados de asociación y ex empleados de la cooperativa. Se encontró, a través de este trabajo, que el capital humano es el diferencial en las ganancias de productividad, así como la asociación permanencia Bahía, y el principal impulsor de la disminución y extinción de las actividades en el objeto de estudio en el municipio de Pará.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise comparativa acerca das trajetórias da Apaeb, no estado da Bahia, e da Coopfrut, no estado do Pará. A Bahia, em virtude das condições edafoclimáticas favoráveis, tornou-se o maior Estado produtor do país de Agave Sisalana, popularmente conhecida como sisal, sendo o município de Valente, situado na região Nordeste do Estado, a “Capital Mundial do Sisal”. Por outro lado, o estado do Pará é um dos maiores produtores de açaí do mundo, fato que atribui ao Município de Igarapé-Miri, localizado no Território do Baixo Tocantins, o título de “Capital Mundial do Açaí”. Nesse sentido, afirma Araújo (2000):

[...] um país com a dimensão territorial e as peculiaridades (e por consequência, as demandas) como o Brasil, faz-se necessário que haja estratégias de desenvolvimento regional voltadas à exploração das potencialidades de cada região, onde a efetivação de políticas públicas adequadas atua como um dos pilares de sustentação do desenvolvimento socioeconômico regional. (ARAÚJO, 2000, p. 87).

Seguindo por este caminho, a Apaeb e a Coopfrut optaram por valorizar as vantagens comparativas e as potencialidades naturais locais existentes de forma abundante dentro dos territórios em que se encontram localizados. No caso específico desses objetos de pesquisa, os elementos naturais utilizados foram o sisal e o açaí, respectivamente, que passaram a ser processados mediante uso de práticas associativas e cooperativas, com vistas a ultrapassar o horizonte do crescimento econômico e à busca pelo logro de um razoável nível de desenvolvimento socioeconômico às regiões onde estão implantadas, via organização de pequenos agricultores rurais. Para tanto, a exploração de elementos abundantes em cada região, sejam eles autóctones, sejam bem adaptados (como o

sisal), quando fomentada por bons instrumentos de planejamento e adequadamente assistidas por políticas públicas, por um modelo de gestão interno, e assistência técnica adequada, de modo que possa viabilizar a geração de emprego e renda à população local, bem como corroborar com a redução dos impactos sociais gerados pelo movimento de êxodo rural.

A Apaeb, apesar do preço do produto (uma commodity sujeita a variações internacionais de preço), das condições insalubres de trabalho nos campos de sisal, do clima natural (semiárido), de poucas parcerias no financiamento, e da inicial falta de estrutura, permanece a 34 anos gerando emprego, renda e melhorias nas condições de vida da população local e dos pequenos produtores da Região do Sisal.

A Coopfrut trabalhou um produto que vem se valorizando a cada safra; a utilização do açaí ultrapassou o universo da gastronomia, passando também a ser utilizado de forma expressiva nos seguimentos fármaco e cosmético. Seu plantio e colheita oferecem condições ao trabalhador de menor periculosidade e os aportes financeiros que viabilizaram o início das atividades da fábrica de polpas de frutas foram bastante expressivos. Entretanto, apesar de apresentar vantagens competitivas sobre a associação baiana, ruiu dez anos depois do início das atividades (SOUZA, 2009).

Este artigo, portanto, se propõe a identificar os motivos de êxito da Apaeb, mediante as condições adversas quando comparadas às da Coopfrut e do açaí, bem como identificar as causas que direcionaram a cooperativa rumo ao encerramento de suas atividades, uma vez que os dois objetos dispunham de financiamentos, capital social, abundância de matéria-prima, mercado consumidor e assistência técnica, que conforme Santos (2010), são elementos que dão sustentação ao cooperativismo e ao associativismo.

2. O ESTUDO DE CASO

2.1. O MUNICÍPIO DE VALENTE E A RELEVÂNCIA DA APAEB PARA O CONTEXTO REGIONAL/LOCAL

Originário de uma fazenda de gado, Valente obteve a emancipação política em 1958.

Sua economia é de base comercial (555 registros de empresas), agropecuária (predomínio da agricultura familiar), com destaque à cultura do sisal, além do setor industrial e de serviços, e da prefeitura municipal, a principal geradora de empregos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,657 (IBGE, 2010).

A região sisaleira da Bahia é considerada uma das mais pobres do Brasil, marcada por longos períodos de estiagem, caracteriza-se por ter sua economia fundamentada na atividade agropecuária, apoiada na cultura do sisal, tradicional commodity que atribui ao tecido regional uma característica primário-exportadora. A princípio, a atividade sisalana foi introduzida em pequenas e médias propriedades, sendo posteriormente inserida em minifúndios, pela agricultura de subsistência (SANTOS, 2010).

No início das atividades, após rudimentar processo de beneficiamento, o sisal destinava-se à exportação, passando a ser a principal atividade econômica da região, “[...] sobretudo a partir da década de 1930, graças às ações do Governo do Estado como uma alternativa ao desenvolvimento de regiões semiáridas” (SILVA, 2006). Com o passar do tempo, esta atividade passou por inúmeras dificuldades em detrimento da redução dos preços internacionais da commodity e da concorrência com fibras sintéticas.

Face ao quadro de estagnação econômica e de extrema pobreza, surge, de forma endógena, como elemento capaz de modificar o tecido social da região, a Apaeb. Segundo a Associação:

A APAEB foi criada a partir de uma

mobilização ocorrida no final da década de 1970, quando os agricultores do semiárido fizeram uma grande manifestação, viajando até Salvador para pedir o fim do imposto que pagavam para vender nas feiras livres o produto excedente da agricultura de subsistência caseira. Apesar de tratar de uma necessidade básica à sobrevivência do trabalhador, a venda de uma simples saca de feijão pagava um imposto tão alto que era melhor deixar a mercadoria ser apreendida quando os trabalhadores eram surpreendidos na estrada pelos fiscais. Na época da manifestação, Antônio Carlos Magalhães era o governador da Bahia e diante da força do movimento – que lotou vários ônibus e ocupou o Centro Administrativo ainda em construção em Salvador – atendeu a reivindicação dos agricultores. (<<http://www.apaeb.com.br>>)

Apesar de ocupar o 6º lugar no ranking nacional da produção da fibra - apenas 4% da área cultivada é destinada ao vegetal, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab -, o diferencial do município reside na articulação dos pequenos produtores e da atuação da APAEB, sobretudo após a implantação da Fábrica de tapetes e Carpetes, em 1996.

2.2. A APAEB, SOB UM CONTEXTO MACRO

A Associação foi fundada em dois de Julho de 1980 por um grupo de homens e mulheres agricultores, em sua maioria de Valente-BA, com o objetivo de integrar os pequenos produtores na luta contra a abusiva cobrança de ICM, proporcionar melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas, ofertando novas alternativas de produção e comercialização dos produtos agrícolas, além de possibilitar uma melhor convivência do agricultor com o

agônico clima semiárido e, conseqüentemente, a permanência do sertanejo em sua região com condições de sobrevivência mais brandas.

Nos primeiros anos de funcionamento, a razão social da Apaeb era Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, atuando em seis municípios da região, comungando dos mesmos ideais. Entretanto em 1993 as unidades se desarticularam, cada uma constituindo uma unidade jurídica distinta, vindo posteriormente a perder o foco e a finalidade, uma vez que se limitaram a executar o papel de intermediadoras dos recursos disponibilizados pelos órgãos governamentais. O caso da associação de Valente foi o único que prosperou e permanece atuando. Entretanto, como o nome APAEB já era uma marca conhecida no mercado sisaleiro, ficou decidido pela manutenção do uso da referida sigla.

A meta principal da associação consiste em galgar autossuficiência através das atividades promotoras de recursos, e manter em foco os trabalhos de ordem educativa e social, nos quais estão intrínsecas as noções de cidadania, participação e confiança e, conseqüentemente, um capital social fortalecido (APAEB, 1983; DUSTON, 1999). Conforme Brandão (2007), a Associação é fruto de uma firme visão de problemas sociais regionais e da sua consciência de potencialidade para reduzir os impactos negativos desses problemas, utilizando as vantagens ofertadas pela própria região.

O Estatuto infere que as finalidades da Associação se resumem em três pilares:

- a) a busca da elevação do padrão socioeconômico dos associados;
- b) a formação de uma consciência crítica em busca de promoção social;
- c) a preservação da natureza.

No Estatuto de Alteração, que data de Dezembro de 2000, foram introduzidos outros dois elementos norteadores:

- d) promover o desenvolvimento social e econômico sustentável da Região Sisaleira, buscando a elevação da qualidade de vida da sua população;
- e) defender os direitos humanos e dos trabalhadores em toda sua plenitude.

Dezesseis anos depois, a Fábrica de Tapetes e Carpetes Apaeb inicia suas atividades, fruto de um projeto arrojado, quando analisado o contexto regional, orçado em 10 milhões de dólares.

Desde a sua fundação, a associação buscou consolidar suas ideias e seus ideais através dos movimentos sociais de base, reunindo pessoas nos povoados, na zona rural, para elaborar seus temas e levantar os questionamentos fundamentais, como o resgate do homem do campo, a valorização do sisal, além de vários outros temas pertinentes ao semiárido, sempre priorizando estratégias de elaboração e execução de projetos participativos, o que, segundo Durston (1999), é essencial à manutenção do capital social.

Atualmente a Apaeb é constituída pelo posto de vendas, um supermercado que atende aos funcionários e também a todo o público local e da circunvizinhança, além de atuar de forma relevante como regulador de preços; a Escola Família Agrícola (EFA) que, conforme Galvão (2010) foi a mais relevante atuação da associação, por trabalhar especificamente o ser humano, e este enquanto jovem. A escola funciona em regime de alternância, onde os filhos dos agricultores passam uma semana tendo aulas do ensino básico e fundamental e aprendizagem de técnicas agrícolas, e na semana seguinte retornam às propriedades dos seus pais para aplicar e repassar o que aprenderam na escola; o Laticínios Dacabra, uma cooperativa de produtores caprinocultores, que produzem e vendem produtos como queijos, doces e iogurtes; o curtume, que beneficia pelas caprinas, a casa da

cultura - Casa Brasil, aberta ao público, ofertando gratuitamente cursos, palestras e acesso à internet, além de apresentações teatrais; a lojinha Riquezas do Sertão, que comercializa artigos artesanais produzidos pelo Grupo de Mulheres Artesãs, o clube social, que proporciona, num pensamento neo-schumpeteriano, o lazer, a descontração e a inteiração dos funcionários e do cidadão em geral, e a fábrica de tapetes e carpetes, a maior do Brasil neste seguimento, que já chegou a gerar mais de 800 empregos diretos (APAEB, 2006), e centenas de ocupações indiretas por toda a região.

Em julho de 2012 a Apaeb era responsável pela geração de 315 empregos diretos, tendo sua folha de pagamento estimada em R\$: 293.000,00.

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS HUMANOS DA APAEB

Os dados apresentados neste item foram levantados através da pesquisa de campo realizada em julho de 2012, obtidos através de entrevistas realizadas com 80% dos funcionários da associação objeto deste estudo, bem como da análise documental do departamento de recursos humanos da associação.

Do atual quadro de funcionários, 22% são mulheres com idade média de 31 anos, 57% delas concluíram o ensino médio e trabalham na associação há 7 anos, em média. Dessas, 2% têm rendimentos mensais entre 1 salário mínimo e R\$: 1.200,00; as demais têm vencimentos mensais de 1 salário mínimo. 78% do quadro efetivo é composto por homens, com idade média de 34 anos, 7% deles têm nível superior completo, 23% nível médio completo, e os demais têm o ensino fundamental completo, 24% têm salários entre 1 salário mínimo a R\$: 3.000,00, enquanto que os demais têm remuneração mensal de 1 salário mínimo. Neste sentido, os homens empregados na associação compõem a maior parte do quadro

de funcionários, têm remuneração mais elevada que as mulheres e também galgaram nível de escolaridade mais elevado, fator relacionado a questões culturais, pelo fato das mulheres terem constituído família em idade ainda prematura (81% aderiram ao matrimônio com idade entre 16 e 19 anos) e terem que se dedicar à criação dos filhos e aos afazeres domésticos, ficando a cargo do esposo buscar melhores condições de vida para o sustento da família.

Da totalidade dos funcionários, 88% conseguiram adquirir a casa própria, meio de transporte e outros adquiriram ainda alguns poucos hectares de terra para a produção de subsistência e criar alguns animais de pequeno porte. 93% têm filhos (dois, em média), e 32% das famílias recebem algum benefício do governo, como o Bolsa Família.

A atuação da Apaeb na construção da trajetória de desenvolvimento da Região Sisaleira pode ser ratificada por ser a segunda maior geradora de emprego e renda do município, estimulando o desenvolvimento de outras atividades, como farmácias, lojas de vestuário e calçados, açougues, lojas de materiais para construção, escolas de alfabetização e ensino fundamental, dentre outros, além de possibilitar aos seus funcionários e à população valentense eventos de cultura e lazer, através do Projeto Apaeb.

2.4. O MODELO DE GESTÃO DA APAEB

A gestão da Apaeb encontra-se fundamentada no modelo apresentado por Fligstein (2007), alicerçado nos princípios da habilidade social, sob uma visão sociológica. O autor a define como “[...] a habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva”. (FLIGSTEIN, 2007, p. 62).

Na Apaeb, a habilidade social da diretoria executiva atua de forma relevante na permanência

do movimento, uma vez que os gestores do capital social são providos de “ferramentas de motivação” que induzem à cooperação no grupo, tais como a ressalva à possibilidade dos indivíduos poderem permanecer em sua região e próximos aos familiares (DURSTON, 1999). Aqui neste ponto fica clara a ideia de persuasão dos gestores socialmente hábeis, quando estes comungam com o ponto de vista de outros atores, com o objetivo de fazê-los cooperar em ações coletivas (FLIGSTEIN, 2007).

Ainda baseados nos estudos de Fligstein (2007), o modelo de gestão da associação, atuando em cenários de incertezas e crises socioeconômicas, até então tem desenvolvido habilidades sociais que possibilitam a manutenção da ordem local e da união do grupo.

Um dos motivos de permanência da APAEB durante décadas se entrelaça com as habilidades dos seus atores em unir indivíduos detentores de interesses e ideias diversas, além de buscar a organização/reorganização de suas preferências. Segundo Fligstein (2007), quando um movimento é composto por um elevado número de pessoas, os outros irão integrá-lo tendenciosamente, fato que aqui neste contexto é ratificado com a evolução do número de associados, ao longo do tempo (iniciou as atividades com aproximadamente 100 e atualmente são mais de 7.000).

No contexto socioeconômico e natural da Região Sisaleira da Bahia, a liderança do grupo de pequenos produtores de sisal que originou a associação visualizou naquela região possibilidades de mudar a situação coletiva da classe, não se limitou à cultura sisalana (apesar desta ser a de maior expressão), mas também despendeu investimentos (financeiro, tempo e organização de produtores de pequeno porte) na organização da cooperativa de produção de origem caprina, adentrando assim num novo campo de atuação e mais uma vez ratificando as habilidades sociais daqueles que Durston (1999) denomina de “gestores do capital social”.

Analisando a trajetória desse movimento, embasada na pesquisa de campo, desde o seu início até a atualidade, identificou-se alguns aspectos que são desfavoráveis ao seu contexto:

a) há uma concentração de poder por parte da diretoria executiva, que lhe demanda tempo e energia que poderiam ser empenhados em outras atividades de fins promissores à associação, caso houvesse uma melhor distribuição das tarefas administrativas e comerciais. Sob este sentido, Durston (1999) infere que a descentralização administrativa da tomada de decisões, num contexto favorecido pela existência de pessoal capacitado, atua como aspecto favorável aos movimentos organizativos.

b) uma certa “falta de transparência” em algumas ações. A título de exemplo, foi num período crítico em que a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Baiana (Ascoob) Itapicurú propôs a conversão em cooperativa, na qual os funcionários se tornassem sócios, injetando R\$: 3,5 milhões e a proposta foi inexplicavelmente desconsiderada pela diretoria;

c) falta de planejamento financeiro e orçamentário de médio e longo prazo, que possa inclusive vir a expandir o mercado interno e a atualizar a folha de pagamentos.

d) nepotismo, em que alguns cargos cuja função é de relevância à associação, mas não são desempenhados com diligência, e atitudes de ajustes não são tomadas.

Enquanto questões limitantes, a mais grave, conforme relatos da diretoria, se deve ao fato de não contar (e nunca ter contado) com vantagens fiscais, uma vez que a Associação é um instrumento de indução de desenvolvimento local/regional.

2.5. IGARAPÉ-MIRI – PA: CARACTERIZAÇÃO GERAL

Igarapé-Miri é um dos municípios que constituem o território do Baixo Tocantins, e um dos 143 do Estado do Pará. Fundado em 16 de Outubro de 1843, compõe um espaço geralmente marcado por densa exploração florestal (em especial extração madeireira), extrativismo vegetal, pesca basicamente artesanal e agricultura familiar, com IDH de 0,669 e o PIB per capita estimado em R\$: 2.478,55 (IBGE, 2010).

Conforme inferência de Reis (2008), o município originou-se no século XVII com a instalação de uma fábrica voltada à exploração madeireira, esta quase que totalmente escoada em Belém, capital do Estado. Sua origem está relacionada ao processo de colonização e a mão-de-obra utilizada era típica deste movimento (indígena e escrava). A atual organização territorial é constituída pelos distritos da sede municipal e da Vila Mauiatá.

Com o declínio do ciclo da borracha ocorrido ainda no século XX, a economia amazônica passou por vários processos de readaptação e aprimoramento. Neste momento, conforme relatos de Costa (2005), atividades que até então eram economicamente vistas como complementares, como a pesca, caça e a agricultura de subsistência, galgaram nova posição na economia regional.

A economia miriense após o declínio da cana-de-açúcar (monocultura) e da conseqüente comercialização da cachaça, que se deu nos anos 1970 e 1980, foi redirecionada às atividades extrativistas, com destaque ao mercado do açaí, tanto no cenário interno como externo, cultura amplamente desenvolvida através da agricultura familiar, de forma consorciada com outras, a exemplo da banana, da pimenta-do-reino e do cupuaçu (REIS, 2008). Atividades como caça e pesca são basicamente voltadas à subsistência.

Além dessas, tem ganhado espaço nos últimos tempos a exploração de cascas, óleos e sementes (extrativismo vegetal), cujos principais mercados são o seguimento de cosméticos e o fármaco.

O comércio local é constituído por empresas do ramo de confecções e calçados, supermercados e mercearias, prestadoras de serviços e algumas indústrias do ramo de alimentos. A Prefeitura Municipal é a maior geradora de postos de trabalho no município. Em Dezembro de 2011 eram quase três mil empregos diretos, incluindo funcionários da Câmara Municipal e vereadores.

2.6. A COOPFRUT: DO APOGEU AO FRACASSO

Em 1998, os membros de 14 associações de agricultores de Igarapé-Miri passaram a manifestar o desejo de montar uma agroindústria do açaí no município. Foi criado então um conselho gestor, composto por 28 membros (dois de cada associação) a fim de viabilizar todas as etapas de execução.

Três anos mais tarde (2001), o conselho gestor cria a Unidade Agroindustrial de Igarapé-Miri (Uagrim), que conta com a assistência técnica do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema) e apoio da Prefeitura Municipal, que financiou o projeto. Entretanto, o Estatuto dizia que no período de um ano a unidade teria que ser revertida em cooperativa, e em 09 de Dezembro de 2001 foi fundada a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri - COOPFRUT.

A Cooperativa inicia suas atividades com a fábrica de polpas, projeto orçado em R\$: 2,2 milhões e seria financiada pelo Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), Banco da Amazônia (BASA) e pela Fundação Banco do Brasil, gerando inicialmente 32 empregos diretos e centenas de ocupações indiretas. A constituição do capital

de giro se deu através da aquisição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por parte de 129 produtores.

2.7. O MODELO DE GESTÃO DA COOPFRUT

Quanto à gestão da Cooperativa, a diretoria de formação era composta por três membros: presidente, tesoureira e secretário, todos ligados ao movimento social, com nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental. Essa composição ganhou a eleição de dois mandatos consecutivos, de 2001 a 2003 e 2003 a 2006, eleitos democraticamente.

O Poema foi o responsável pela elaboração dos projetos e pela assistência técnica, mas, além disso, administrava e exercia a função de Departamento Comercial da Cooperativa, através de um dos seus representantes.

A parte frigorífica da Fábrica era de alta tecnologia, sendo visitada por profissionais do ramo e por pesquisadores de várias partes do mundo.

O principal cliente e a COOPFRUT estabelecem então uma relação de monopólio. Em 2004, o transformador de energia da Fábrica deu um curto circuito e explodiu, paralisando todas as atividades, inclusive retardando as entregas do cliente, que decidiu suspender automaticamente os pagamentos à Cooperativa (que raramente eram honrados em dia).

Em 2006 a diretoria é substituída, por membros também da vivência do movimento e com grau de instrução semelhante ao da diretoria anterior.

Após essa eleição, já no início de 2007, os cooperados percebem a “ineficiência” e o desvio de finalidades por parte do POEMA, e este se retira da Cooperativa, tanto em virtude da pressão dos cooperados, quanto pela “falta de interesse” em se manter no projeto. Entretanto, a nova diretoria se apresenta administrativamente tão desprovida

de técnicas administrativas e de gestão e tão somente apta a conceder assinaturas quanto à anterior, se mostrando capazes de trabalhar a Cooperativa, e não gerir a fábrica.

Em Dezembro de 2006 a diretoria contrata o serviço de auditoria e consultoria externa de um administrador de empresas, sendo efetivado pela Cooperativa logo em seguida, trazendo dois funcionários consigo: um para gerir o setor financeiro e o outro para a produção. Essas contratações tiveram o aval da tesoureira, mas não foram do consentimento do presidente, uma vez que o cargo de administrador foi disputado e ganho com mais um candidato, mas este se mostrou posteriormente desinteressado em assumir a função.

Logo no início da sua contratação, o presidente (que até então foi contrário à sua efetivação) lhe nomeou, via procuração legal, o representante da Cooperativa em toda e qualquer circunstância.

Em Fevereiro de 2008, quando a COOPFRUT se encontrava no momento mais crítico, o administrador rasga a procuração numa assembleia e deixa a Cooperativa, mas ainda manteve o vínculo por um curto período a fim de prestação de contas e emissão de notas fiscais.

Logo após a saída desse funcionário, em virtude de todos os problemas administrativos, da deficiência de capital humano, que segundo Schultz (1971), explica os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano na produção, e das dívidas que ultrapassavam R\$: 1,7 milhões, bem como a descredibilidade de cooperados e da sociedade miriense, a Fábrica encerra suas atividades em Fevereiro de 2008.

Comungando da teoria apresentada por Giddens (1984, apud FLIGSTEIN, 2007, p. 67) todos os componentes de um movimento social são providos de características adequadas a desenvolver atividades socialmente hábeis. Neste sentido, as pessoas se adaptam à inteiração

com as outras, aprendem e passam a cooperar e adquirem um senso de identidade em virtude deste processo de “cooperação socializada”. Entretanto, a gestão da cooperativa não se mostrou socialmente hábil, mas sim desprovida de elementos indutores de cooperação e atuação em ações coletivas, atuando de forma pouco capaz de criar e manter um “senso positivo de identidade” que se perpetuasse entre os outros, fato que contribuiu fortemente com a extinção das atividades da fábrica e com a deserção de seus membros.

2.8. QUESTÕES LIMITANTES À PERMANÊNCIA DA COOPFRUT

Enquanto obstáculos e questões limitantes, diante de um projeto como a Coopfrut, algumas questões necessitam ser vistas com bastante cautela e com planejamento elaborado adequadamente.

Com base na trajetória da Cooperativa, pode-se apontar como principal obstáculo, questões relacionadas à gestão (desprovida de habilidade social, conforme inferência de FLIGSTEIN, 2007) e do baixo nível de capital humano dos cooperados e da diretoria. Diante dos vários cursos e treinamentos proporcionados pelo Poema, faltou um que preparasse pessoas para suprir as demandas administrativas de um empreendimento como aquele, desconsiderando a relevância inferida por Durston (1999) às estratégias de capacitação dos membros do grupo.

Outro obstáculo intransponível à Cooperativa foram os calotes e inadimplências dos contratos, que irreparavelmente contribuíram com o acúmulo das dívidas.

Quando há pessoas desprovidas das habilidades necessárias à gestão, aliadas ao desvio de finalidades (e de recursos), não há estrutura física de ponta que sustente as bases de nenhum

empreendimento. Partindo desse entendimento, o baixo nível de capital social por parte dos gestores, bem como a deficiência no nível de capital humano das diretorias que assumiram a fábrica, os mesmos frustraram as esperanças de melhorias que fora despertada em tantas famílias e em toda sociedade miriense, representando assim o maior de todos os obstáculos com os quais a Cooperativa se defrontou. A esse respeito, Schultz (1993) faz a seguinte afirmativa:

A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a idéia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” das teorias econômicas neoclássicas (p.143).

Legalmente a Cooperativa ainda existe, mas apenas com o objetivo de solucionar as questões legais, contando com o apoio de somente 60 cooperados (eram mais de 650). A diretoria se encontra totalmente desarticulada e seus componentes só se encontram em algumas

reuniões representativas.

A Fábrica foi a leilão em Setembro de 2011 sendo arrematada por um empresário de outra região do Pará por R\$: 150.000,00 dividido em dez parcelas. O valor da venda foi utilizado no pagamento dos processos trabalhistas aos funcionários que moveram ação junto ao Ministério do Trabalho. Há especulações de estar em transição o processo legal de baixa da Coopfrut e do possível início de um outro empreendimento cooperativista.

Diante do histórico da Coopfrut, alguns erros são tomados como lição e aprendizado para jamais serem reaplicados. A principal, portanto, é que de nada adianta grandes empreendimentos sem a capacitação adequada (capital humano), sem uma gestão socialmente hábil, sem a emancipação dos trabalhadores e sem que todos estejam trilhando pelo mesmo caminho, baseados nos princípios do capital social.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo investigado foi composto por funcionários da APAEB e ex-colaboradores da Coopfrut. Quanto à amostra, utilizaram métodos de amostragem probabilística, que segundo Lakatos e Marconi (2006), justificam erros amostrais, logrando ao estudo maior representatividade e significância à amostra.

Os territórios objetos deste estudo (figuras 1 e 2) encontram-se localizado na região Nordeste do estado da Bahia, na parte central do Território do Sisal, dispendo de uma área de 384.321 km², pertencente à Mesorregião Nordeste Baiano e a Microrregião de Serrinha, tendo como municípios limítrofes Retirolândia, Conceição do Coité, São Domingos e Santa Luz. Segundo IBGE (2010), a população estava estimada em 24.560 habitantes. Destes, 13.487 residem na zona urbana e 11.073 na zona rural, sendo 12.152 homens e 12.408 mulheres.

Quanto à cooperativa paraense, concentra-se na Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião Cametá, com municípios limítrofes em Abaetetuba, Moju, Cametá e Limoeiro do Ajuru, com uma população estimada em 58.077. Destes, 26.205 residem na zona urbana e 31.872 na zona rural. A área territorial é de 1.996,823 km², sendo o 39º maior município paraense, o relevo é caracterizado por formas comuns de tabuleiros, terraços e regiões típicas de várzea (IBGE, 2010).

Objetivando desenvolver embasamento teórico para a posterior análise dos motivadores da permanência de um objeto pesquisado e da extinção do outro, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, dissertações e na internet. O trabalho efetivamente constituiu-se de uma pesquisa de campo descritiva, que, para Moraes (1990), “pesquisas descritivas apresentam características de determinada população e/ou determinado fenômeno”.

Quanto à coleta de dados e demais informações que se fizeram necessárias, utilizaram-se informações ofertadas pela Apaeb e registros documentais da Coopfrut, através da aplicação de questionário e entrevistas semi elaboradas. Conforme Malhotra (2006), perguntas estruturadas inferem o conjunto de respostas possíveis, bem como o formato das mesmas. Segundo o autor, as perguntas de múltiplas escolhas ofertam um leque de respostas, podendo ser escolhida uma ou mais alternativas.

A pesquisa foi realizada entre julho e dezembro de 2011, através da aplicação de questionários com 80% do quadro da associação e 16% na cooperativa – número reduzido em virtude da deserção dos indivíduos pós-encerramento das atividades. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, considerando a disponibilidade de tempo dos funcionários da associação e localização dos ex-colaboradores da cooperativa.

Os dados obtidos foram tabulados e distribuídos a seguir.

Figura 1 – Localização do município de Valente (BA)

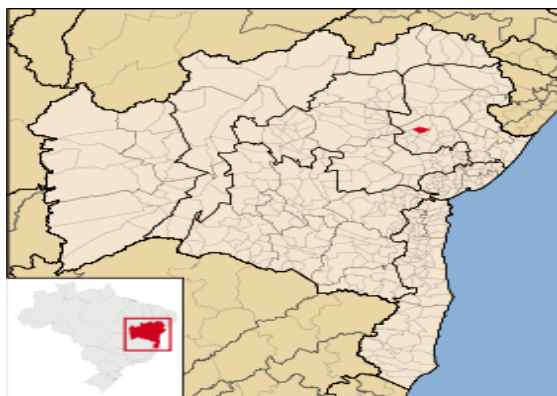


Figura 2 – Localização do município de Igarapé-Miri (PA)



da outra. Os resultados estão discriminados no quadro da página 215.

Diante dos dados do quadro, pode-se interpretar que as principais diferenças entre as duas organizações estão no preço dos produtos, na gestão e no nível de capital humano. Entretanto, outro fator de divergência entre ambas é que a Apaeb representa uma somatória de “pequenas” conquistas ao longo do tempo, desde a aquisição do terreno a mais simples máquina de tear, todas adquiridas através da união e esforço coletivo, enquanto que a Coopfrut “já nasceu andando”, onde os cooperados e funcionários somente redirecionaram suas produções e mão-de-obra, sendo todo o projeto desenvolvido e implantado por atores externos.

As questões de ordem natural são favoráveis ao cultivo do açaí, em Igarapé-Miri e ao sisal, em Valente. Entretanto, a Região Norte dispõe de elementos favoráveis à produção diversificada de frutas e raízes, além da abundância na pesca, enquanto que na região de predomínio do semiárido, como Valente, caracterizada principalmente pelo déficit pluviométrico, a produção agrícola é bastante limitada, bem como a pesca e a caça, que raramente suprem a demanda de subsistência.

Quanto aos aportes financeiros, ambas foram inicialmente assistidas, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro 2 – Demonstração de aportes financeiros da Apaeb junto ao governo

FINANCIADOR	ANO LIBERAÇÃO	VALOR ORIGINAL	VALOR PAGO	JUROS	A PAGAR
BNB	1994	7.369.985,01	11.958.199,69	4.588.214,68	8.256.614,30
BNDES	2001	3.106.693,36	2.210.050,23	1.633.466,18	2.303.604,49

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo comparativo entre as duas organizações pesquisadas apresentou aspectos de semelhanças, mas também de divergências, que foram decisivas à prosperidade de uma e declínio

Quadro 1- Dados comparativos entre a Apaeb x Coopfrut

	APAEB	COOPFRUT
PRODUTO	Sisal	Açaí
CULTURA	Permanente e bem adaptada às regiões de clima semi-árido e baixa incidência pluviométrica.	Temporária e endógena à região Amazônica.
PREÇO NA SAFRA/ENTRESSAFRA	R\$: 1,17/Kg	Entre R\$: 26,00 a R\$: 33,00 (rasa) na safra; Entre R\$: 65,00 a R\$: 75,00 (rasa) na entressafra
PROCESSO PRODUTIVO E COMERCIALIZAÇÃO	O processo produtivo do sisal é constituído por sete etapas: preparação do terreno, plantio, colheita, desfibramento, beneficiamento, industrialização e comercialização.	As etapas do processo produtivo do açaí são seis: Preparação do solo, abertura de covas, o plantio, colheita, comercialização (<i>in natura</i>) e industrialização.
TEMPO P/ COLHEITA	Entre 3 e 4 anos, quando as folhas atingem 1,10cm de altura.	Entre 3 e 4 anos, dependendo da fertilidade e umidade do solo.
MERCADO CONSUMIDOR	Interno: Sul e Sudeste, principalmente; Externo: Europa, EUA e China	Interno: Praticamente todas as regiões; Externo: EUA e Europa, principalmente
FINALIDADE E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES	Promoção social, educacional e cultural, via estímulo à cooperação, a ajuda e a solidariedade entre os associados, além de ser relevante reguladora de preços e de eliminar a ação dos atravessadores. Expande suas atividades através da organização dos produtores e gestores.	Melhorias socioeconômicas aos produtores de açaí de Ig. Miri, bem como atuar como reguladora de preço e evitar a ação dos atravessadores. Estrutura produtiva e administrativa organizada e gerida por terceiros
INCENTIVOS E CRÉDITO	BNB, BNDES e mais recentemente, do governo do Estado.	POEMA/UFPA, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, BASA, BANPARÁ e algumas ONGs.
PERFIL DO PRODUTOR E RENDA MÉDIA MENSAL	Agricultor familiar, que não raro consorcia a cultura sisalana com outras à subsistência, como feijão, mandioca e milho, numa área que na região estudada geralmente não ultrapassa os 80 ha. A renda média mensal familiar raramente ultrapassa um salário mínimo.	Agricultor familiar que geralmente consorcia o cultivo do açaí com outros, como o palmito, a banana, o cupuaçu, etc.. A pesca é uma atividade amplamente praticada pelos agricultores. Raramente o produtor de açaí atinge uma renda média mensal inferior a dois salários mínimos (na safra), e na entressafra esse valor é geralmente um pouco superior a um salário

Fonte: Pesquisa de campo (2011); elaboração própria.

Quadro 3 - Demonstração de aportes financeiros da Coopfrut junto ao Governo

INSTITUIÇÃO	VALOR (R\$)	FINALIDADE
FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	483.000,00	Recurso sem devolução, para aquisição de câmaras frias.
BASA	280.000,00	Recurso retornável, para construção e equipamentos.
BANPARÁ	162.000,00	Parte do capital de giro.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri; elaboração própria

Destarte, o motivador de sucesso/insucesso não se concentra no quesito aportes financeiros. O volume significativamente superior da Apaeb é explicado pelo tempo de existência e expansão da Associação (vinte anos mais antiga que a Cooperativa).

Nos dois movimentos sociais, conforme questionário aplicado (BANCO MUNDIAL, 2003), ficou demonstrada a existência de capital social entre os membros. Porém, esse elemento se mostrou pouco expressivo por parte da gestão (externa à vivência cooperativista) na cooperativa de açaí, sendo desprovida, conforme Fligstein (2007), de habilidade social.

Dessa forma, diante dos dados levantados, fica visível o diferencial no elemento capital humano contido em ambos os movimentos, uma vez que a cooperativa paraense dispunha de financiamentos mais expressivos, preço do produto mais competitivo em relação ao do produto baiano, e também de capital social por parte dos cooperados e dos funcionários da fábrica de polpa de frutas, havendo disparidade expressiva na formação e capacitação de sujeitos aptos à gestão do projeto.

Através de Regressão linear simples, que segundo Sartoris (2003), utilizada no tratamento estatístico dos dados, conclui-se que a deficiência

do capital humano em Igarapé-Miri em relação à Valente, é uma variável relevante no nível de instrução/formação dos indivíduos, conforme é demonstrado abaixo:

Quadro 4 - Indivíduos que frequentam creches e escolas na década de 2000

Nível de ensino	Brasil	Ig. Miri (PA)	Valente (BA)
TOTAL	54.406.320	19.696	6.792
Creche	1.114.271	227	386
Pré escola	6.176.926	3.880	874
Alfabetização adulto	459.891	286	12
Fundamental	33.886.031	13.876	4.489
Médio	8.302.599	1.135	923
Pré vestibular	440.046	96	33
Graduação	2.864.046	196	76
Mestrado e doutorado	162.512	-	-

Fonte: IBGE (2010); elaboração própria

Quadro 5 - Análise Fatorial Multivariada dos indivíduos que frequentam creches e escolas na década de 2000

Brasil	Ig. Miri (PA)	Valente (BA)
2,1	1,2	5,7
11,6	19,7	12,9
0,9	1,5	0,2
63,4	70,5	66,1
15,5	5,8	13,6
0,8	0,5	0,5
5,4	1,0	1,1
0,3	-	-

Fonte: IBGE (2014); elaboração própria

Sob esta perspectiva, os dados acima demonstram uma ligeira vantagem de Valente em relação a Igarapé-Miri, a partir do ensino médio,

no ano 2000. Entretanto, a presente análise ressalva a proporção de habitantes/município, sendo na municipalidade paraense quase o dobro do número baiano.

Quadro 6 - Pessoas que possuem grau de instrução, por categoria

Nível de instrução	Brasil	Ig. Miri (PA)	Valente (BA)
TOTAL	161.981.299	45.035	20.945
Sem instrução e fundamental incompleto	81.386.577	33.651	12.938
Fundamental completo e médio incompleto	28.178.794	5.727	2.795
Médio completo e superior incompleto	37.980.515	4.773	4.482
Superior completo	13.463.757	677	705

Fonte: IBGE (2010) - Censo Demográfico

Quadro 7 - Análise Fatorial Multivariada dos indivíduos/grau de instrução, por categoria, na década de 2000

Brasil	Ig. Miri (PA)	Valente (BA)
50,2	74,7	61,8
17,4	12,7	13,3
23,4	10,6	21,4
8,3	1,5	3,4

Fonte: IBGE (2014); elaboração própria

Para tanto, conforme os dados acima, o total de pessoas no Brasil em 2013, com idade igual ou superior a 10 anos sem instrução ou apenas o nível fundamental incompleto era de 50,2% da população. Em Igarapé-Miri este número era superior ao índice nacional, correspondendo a 74,7% dos cidadãos mirienses, e em Valente a amostra respondia por 61,8% do universo.

Avaliando os graus de instrução por categorias, os resultados foram contundentes à conclusão deste trabalho. Indivíduos com o

nível fundamental completo e o ensino médio incompleto, no âmbito de Brasil correspondia a 17,4% da população recenseada, enquanto que em Igarapé-Miri este índice representava 12,7%, e em Valente descrevia o perfil de 13,3% da amostra.

No nível médio completo e superior incompleto, no Brasil, havia 23,4% de indivíduos representando esse nível, bem inferior a Igarapé-Miri (10,6%), número que já representava um diferencial expressivo quando comparado a Valente (21,4%).

E por fim, reproduzindo o principal motivo de declínio da Coopfrut, considerando-se os elementos já expostos anteriormente, aparece o nível superior completo, onde no Brasil pouco mais de 9,3% (IBGE, 2010) da população já havia logrado esse grau, enquanto que em Igarapé-Miri somente 1,5 da população concluíra a graduação, uma vez que em Valente esse número era mais que o dobro (3,4%).

Conforme inferência anterior, 7% dos funcionários da Apaeb possuem formação superior, e não há registro de analfabetismo, enquanto que apenas uma pessoa na Coopfrut lograra esse grau de instrução – o administrador, cujo histórico descreve um agente externo à vivência cooperativista e desprovido do sentimento de pertence ao movimento –, enquanto que os membros da diretoria eram semi analfabetos ou possuíam o ensino fundamental completo. Neste sentido, a relação capital humano e desenvolvimento desses movimentos fez a diferença entre a permanência de uma e declínio da outra.

Atualmente em Valente há uma faculdade da rede privada, ofertando os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia e Letras, onde 12% do seu corpo discente é constituído por funcionários da Apaeb, e em Igarapé-Miri não há nenhum registro de oferta desse tipo de serviço (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais de base buscam soluções para questões das mais variadas ordens, sobretudo a redução dos níveis de pobreza das populações. Eles se utilizam de elementos fundamentais à sustentabilidade dos projetos, como matéria-prima abundante, capital social – que pode ser construído e deve ser preservado –, políticas públicas, assistência técnica, gestão comprometida, aportes financeiros e capital humano. Entretanto, se algum desses elementos não funcionar de forma adequada, o movimento poderá incorrer em prejuízos, que podem variar desde a deserção de membros até a inviabilidade socioeconômica e, conseqüentemente, o encerramento das atividades.

O presente trabalho demonstrou que o maior gargalo enfrentado pela Coopfrut foi a deficiência no capital humano. A cooperativa era dirigida por pessoas com níveis de escolaridade insatisfatórios à demanda que o movimento apresentou, além da falta de informação/instrução inviabilizar a expansão comercial do produto e da tomada de decisões que vedassem as irregularidades que predominaram durante todas as fases da existência daquele movimento.

Uma vez que ambos os objetos dispunham de condições semelhantes, a Apaeb se destacou no grau de instrução, sobretudo dos diretores da associação, que possuem graduação e especializações, além dos demais componentes, uma vez que 100% do grupo possuem no mínimo o ensino fundamental completo.

Este artigo, portanto, demonstra a relevância do capital humano nos movimentos sociais de base, como o cooperativismo e o associativismo, uma vez que o acesso à educação e ascensão dos níveis de instrução são fundamentais à emancipação e autonomia dos trabalhadores, bem como do crescimento das atividades.

5. REFERÊNCIAS

- APAEB. **Estatuto Social**. Valente: APAEB, 1993.
- _____. **Relatório Anual -2000**. Valente: APAEB 2000.
- _____. **Estatuto Social**. Valente: APAEB, 2000b.
- _____. **Relatório Anual 2005**. Valente: APAEB 2005.
- _____. **Relatório Anual 2009**. Valente: APAEB 2010.
- ARAÚJO, TÂNIA. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BANCO MUNDIAL. **Grupo Temático sobre Capital Social**. Questionário Integrado para Medir Capital Social. Jun, 2003.
- BRANDÃO, C.A. **Território e desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007
- COELHO, S. de T. **Terceiro Setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: SENAC, 2000.
- COSTA, F.A; INHETIVIN, Thomas. **A Agropecuária na economia de Várzea no Rio Solimões/ Amazonas: diagnóstico e perspectivas**. Belém: IBAMA, ProVárzea, 2005.
- DURSTON, J. **Construyndo capital social social comunitário**. *Revista de La Cepal*. Diciembre, 1999.
- FLIGSTEIN, N. **Habilidade social e a teoria dos campos**. *Rev. adm. empresas*. vol.47 no.2 São Paulo Apr./June 2007
- GALVÃO. A. **Exemplo de lutas e Realizações**. APAEB 2010 [S.1.:s.n.]

MARQUES, A.N. **Pessoas, plantas e animais** – 2. ed., 1995 [S.l.:s.n.]

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na Várzea do Município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SANTOS, E.M.C. **Associativismo e desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia**. Feira de Santana-Bahia: UEFS, 2010.

SATORIS, Alexander. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 1971.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2.ed. Salvador: Edufba, 2006.

SOUZA, M.O. **Suplementos da Dieta com Polpa do Fruto do Açaí (Euterpe oleraceae Martius) Melhora o Perfil Lipídico e a Capacidade Antioxidante – Uma Avaliação in vivo**. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Departamento de Biologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009

APAEB. Disponível em <http://www.apaeb.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=2>. Acesso em: 27. abr. 2011.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) .Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>> Acesso em: 07.set.2009.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23set. 2010.

